

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA**Auriman Rodrigues Cavalcante**

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Veríssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica**Adriana Martins**

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Brilhante de Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislaine Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygcerver

Pablo Murilo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	6
2.	JUSTIFICATIVA	7
3.	ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA	8
3.1.	Comunidades Quilombolas no Brasil.....	8
3.2.	Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
4.	METODOLOGIA.....	12
4.1.	Fase de Instrumentação	13
4.1.1.	Público-Alvo.....	15
4.1.2.	Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2.	Fase de Interpretação das Informações	16
5.	ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....	18
6.	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JUAZEIRO GRANDE	20
6.1.	Resultados da Memória Coletiva	20
6.1.1.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico..	20
6.1.2.	Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	22
6.2.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social	25
6.2.1.	Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social	26
6.3.	Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	26
6.4.	Pesquisa Socioeconômica	27
6.4.1.	Aspectos Socioeconômicos da Comunidade.....	28
6.4.2.	Infraestrutura Social e Econômica	37
6.4.3.	Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo.....	40
6.4.4.	Serviços de Apoio à Produção.....	41
6.4.5.	Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica	41
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
8.	REFERÊNCIAS	44
9.	ANEXOS	46



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do



interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).



No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência dessas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.



De acordo com Araripe & Nascimento (2008) essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



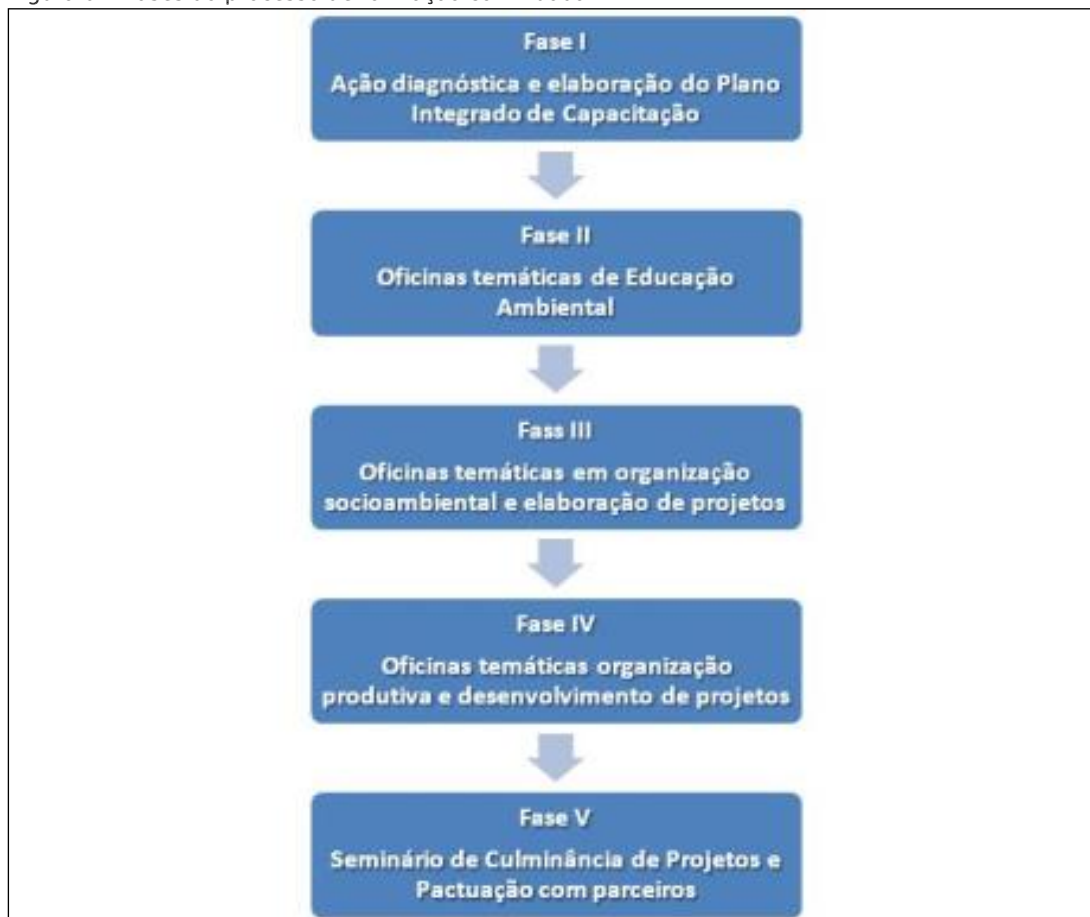
4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovido a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais e ainda 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que



realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade dessa metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância, foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para



gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

4.1.1. Público-Alvo

Comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, este instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não



sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade, visando a confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial dessas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas os aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e



prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, essas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Essa disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinvasão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Juazeiro Grande, localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JUAZEIRO GRANDE

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Juazeiro Grande propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir,



representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade de Juazeiro Grande:

Quadro 01: Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade quilombola Juazeiro Grande.

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Barreiros; barragem Juazeiro Grande; poços artesanais e cisternas.</p>	<p>Existe bastante água que facilita a criação de rebanhos e fica próximo das famílias; os carros pipa abastecem a comunidade sempre que estão trabalhando; a captação das águas da chuva nas poucas cisternas que não estão quebradas; facilita o cultivo de horta; facilita a criação de peixes para alimentação familiar.</p>	<p>Apesar de existir bastante água essa quantidade não é suficiente para irrigar grandes áreas; a água tem alto teor de sal tornando-as imprópria para o consumo humano (no caso das barragens e dos cacimbões); na estiagem as barragens ficam quase secas impossibilitando o plantio; não há recurso para recuperação das cisternas quebradas; água é poluída pela própria comunidade e intrusos (no caso da barragem); faltam equipamentos (bombas, motores, etc.) para irrigar os plantios, principalmente nas áreas mais afetadas; uso inadequado (Falta conscientização); o fato de a barragem cruzar várias propriedades.</p>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Muito lixo jogado a céu aberto; morte de animais pela ingestão de lixo; pessoas sem consciência.</p>	<p>Queima e/ou enterra o lixo, reutilização de alguns materiais, ex: garrafas pet para armazenamento de grãos.</p>	<p>Falta transporte para coleta, não há depósito, não há reciclagem, falta de água encanada dentro de casa.</p>
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>PSF em nome da comunidade Juazeiro – atende todas as comunidades quilombolas; há conhecimentos para fazer remédios caseiros com plantas da comunidade; agente de saúde.</p>	<p>Visitas do médico e dentista até duas vezes por semana no PSF para o tratamento das pessoas, principalmente para saúde das gestantes; plantas medicinais próximas às moradias; visita dos agentes de saúde para avaliação de peso das crianças.</p>	<p>Apesar de o PSF ter o nome da comunidade ele se localiza na cidade e não há transporte específico para as consultas; necessidade de deslocamento para cidade vizinha para realizar exames como ultrassonografia; falta de conhecimento especializado para produzir remédios; as visitas do agente de saúde (que não são frequentes).</p>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Árvores; pedras; pessoas zelosas; ar; sol quente; animais, terra; lixo; energia elétrica; macaxeira; criação de abelha (italiana).</p>	<p>Matéria prima, Plantas (remédios, sombra; artesanatos, flores para as abelhas como o agarradinho e vassourinha, alecrim, aroeira, Caatinga branca, frutos: umbu, mamão, banana, caxi, melancia, acerola, laranja, pinha); uso do engenho de Pitombeira para cana-de-açúcar.</p>	<p>Pedras, queimadas, desmatamento para roçado e produção de carvão que tem como consequência a erosão, diminuição de flores para produção do mel; diminuição da fauna; acidentes com abelhas;</p>



NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola Municipal João Antônio Nogueira (1º ao 5º ano); festa junina, novenas, missas, cultos, artesãos capacitados.</i>	<i>O grupo manifestou apenas itens que não existem, mas que facilitaria (ver observações abaixo).</i>	<i>Falta de professores, inclusive de dança e capoeira; faltam instrumentos, cadeiras; muito calor; falta de recurso para trabalhar; a escola da comunidade só oferecer até o 5º ano.</i>
No item "facilita" o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como maior número de professores, uma boa educação, mais instrumentos e mais cadeiras, ventiladores, bebedouro, computador, educação infantil.		
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Celular, rádio, televisão, jornal; reunião da associação.</i>	<i>Comunicação; as discussões.</i>	<i>O sinal do celular, o sinal da rádio, nem todos tem antena parabólica e TV; nem todos participam da associação; não há sede para associação; a comunidade não sabe reivindicar seus direitos; falta conhecimento, falta de acesso à internet, falta de um posto telefônico, falta de um centro de inclusão digital.</i>
No item "facilita" o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como: o jornal que circula em Mirandiba que deveria chegar até a comunidade e falar sobre ela.		
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação Remanescente de Quilombolas de Juazeiro Grande; Igreja Católica; Escola; ComViver, PSF; Vínculo Solidário</i>	<i>As parcerias com outras instituições possibilitadas pela Associação; reunião da comunidade; promoção de encontro da comunidade e professores da comunidade; comercialização de hortaliças, carnes, macaxeira; atendimento à comunidade (saúde); projetos que beneficiam as mães da comunidade.</i>	<i>Falta de organização da Associação; missa somente de 2 em 2 meses; falta luz e água; falta de continuidade dos projetos; a distancia e o atendimento médico 1 vez por semana (colocar na saúde?); vínculo solidário.</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação; plantação de horta; agricultura familiar; transporte escolar; a festa da padroeira Nossa Senhora da Saúde como espaço de articulação social; plantação de milho, feijão, madeira, mamona; a casa de farinha; açudes.</i>	<i>Reuniões; transporte para escoamento por conta da produção (CONAB); comemoração Nossa Senhora da Saúde (23/10).</i>	<i>Falta de capacitação na comunidade; de tecnologia na área produtiva, de assistência técnica e incentivo dos governos; não ter criação de peixe; aumento de custos dos produtos agrícolas quando chega no comércio.</i>
No item "facilita" o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como assistência técnica para criação de peixes.		

6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos



recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

Nossas Águas e Usos

Em Juazeiro Grande, as famílias utilizam poços artesianos, cacimbas e cisternas como as principais fontes de abastecimento, além de pequenos barreiros e da barragem Juazeiro Grande, formada pelo represamento do Riacho Juazeiro Grande. Relatam que a água coletada nestes locais geralmente apresenta-se salobra e imprópria para o consumo humano ou animal.

Nosso Lixo

Os moradores lamentam a falta de conscientização de alguns perante esta questão, relatando que ainda há uma grande quantidade de resíduos espalhados nos terrenos, e que este fato tem causado a mortandade de muitos animais. A maior parte dos resíduos é queimada ou enterrada, e apenas as garrafas do tipo PET são eventualmente reaproveitadas para alguma finalidade.

Nossa Saúde

Agentes comunitários de saúde visitam a comunidade periodicamente, mas para receber atendimento médico ou odontológico os moradores se deslocam para a sede do município. Os moradores ressaltam a importância de plantas nativas da Caatinga para a elaboração de medicamentos caseiros. Na necessidade de exames mais específicos, a comunidade desloca-se a municípios vizinhos à Mirandiba.

Nosso Meio Ambiente

A comunidade reconhece que o desmatamento tem gerado condições para o fornecimento de madeira, que, ao invés de ser simplesmente queimada, vem sendo transformada em carvão vegetal. A atividade de produção de carvão vegetal, tal como hoje ela é praticada, tem alguns vínculos negativos em relação à questão ambiental na localidade como, por exemplo, na criação de abelhas. A oferta de flores, e de outras importantes espécies da fauna da Caatinga, vem diminuindo drasticamente nos últimos



anos. Os moradores entendem que o fogo, utilizado para queimar a mata, leva consigo árvores centenárias e destrói o habitat de inúmeras espécies animais e vegetais, consumindo também a riqueza natural do solo.

Nossa Educação e Cultura

Em Juazeiro Grande existem duas escolas municipais, a Escola Municipal João Antônio Nogueira, situada em Juazeiro Grande de Cima, e a Escola Municipal Galdino Antônio localizada em Juazeiro Grande de Baixo. Essas duas unidades atendem alunos até o 5º ano do ensino fundamental. Após a conclusão dessa etapa, os alunos devem se deslocar até a sede municipal para dar continuidade aos estudos.

A dança e o artesanato também foram citados, e a comunidade pretende implementar aulas de dança e promover o trabalho dos artesãos locais. As festas juninas, as novenas e as missas também receberam destaque especial neste eixo.

Nossa Comunicação

Em Juazeiro Grande existe sinal para a telefonia celular, porém de alcance restrito, dificultando a utilização deste meio de comunicação. Os moradores também utilizam bilhetes, avisos e as tradicionais conversas entre os vizinhos como meios alternativos de comunicação. A associação local é considerada um importante espaço de articulação e comunicação, mas não possui sede própria e uma participação efetiva de todos os moradores. A comunidade associa à inexistência de um posto telefônico e um centro de inclusão digital, além do difícil acesso até a localidade como fatores limitantes para melhorias na comunicação local.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

Os moradores mencionam a Associação Remanescentes Quilombolas do Juazeiro Grande, fundada no ano de 1995; a igreja católica; as escolas municipais da comunidade; a Associação CONVIVER no Sertão; o PSF Juazeiro Grande, que apesar do nome localiza-se na sede municipal; a ActionAID, organização não governamental europeia que promove trabalhos sociais em diversos países, e a Prefeitura Municipal de Mirandiba como importantes movimentos sociais e parcerias presentes na comunidade.

Nossos Arranjos Produtivos

A agricultura familiar é a base do desenvolvimento comunitário, constituindo-se como principal fonte de renda e alimento para as famílias. A produção é diversificada e a sua comercialização é realizada entre os próprios comunitários, com exceção da mamona que é produzida apenas para fins comerciais. A 'casa de farinha' e o engenho Pitombeira também foram citados, assim como uma criação de abelhas da espécie popularmente conhecida como 'italiana'. As culturas de milho e feijão predominam nas roças locais.



A seguir, imagens representando a comunidade:



Foto 01. A Escola Municipal João Antônio Nogueira, representada pela estrutura maior, e a capela da comunidade.



Foto 02. Crianças e jovens da comunidade de Juazeiro Grande.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua conseqüente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

Nos mapas sociais desenhados pela comunidade pode-se observar que as moradias são distribuídas em dois núcleos, Juazeiro Grande de Baixo e Juazeiro Grande de Cima. As casas estão dispostas de maneira circular em ambas as vilas, formando núcleos centrais que se configuram como áreas comuns. Os mapas retratam aspectos ambientais como a Caatinga, os animais, a água e as infraestruturas existentes na localidade: casa de farinha, a capela de Nossa Senhora de Fátima, a capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, as escolas, o engenho Pitombeira e algumas habitações. Observa-se ainda nos mapas que os moradores caracterizam, geograficamente, o território não só em áreas habitadas e em áreas utilizadas para o roçado, mas também em áreas vizinhas, em volta, da comunidade. Esta área de Caatinga é importante para a comunidade, pois é dela que os comunitários extraem a matéria prima para sustentar sua cultura, medicina, construções e culinária, além de servir de pastagem para os seus rebanhos. Os terreiros



centrais costumam ser áreas de socialização da comunidade e também foram expressos nos desenhos.

A seguir, o mapa elaborado na comunidade quilombola de Juazeiro Grande:

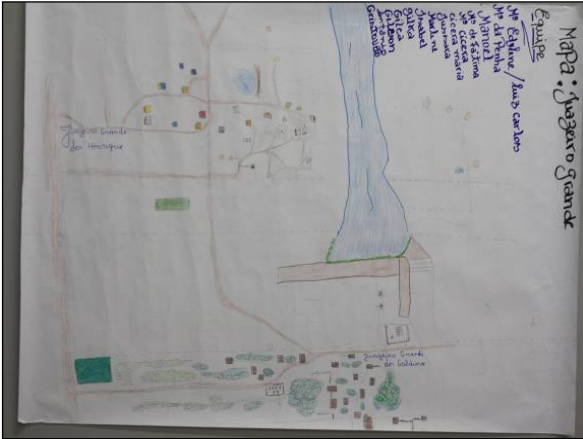


Foto 03. Mapa elaborado pelos moradores durante a Oficina de Mapeamento Social.



Foto 04. Mapa elaborado por outro grupo de moradores durante a Oficina.

6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

O Mapa construído pela comunidade tornou evidente a proximidade das relações de parentesco entre os moradores, bem como sua íntima relação com o meio ambiente. Historicamente, a comunidade estabeleceu vínculos com comunidades quilombolas vizinhas, este fato retrata como ocorreu o início da ocupação do território. Alguns comunitários consideram que tudo 'é uma coisa só', referindo-se a estas relações de parentesco com outros grupos sociais, como a comunidade quilombola de Araça. O Riacho Juazeiro Grande e as áreas produtivas e sociais representam os maiores patrimônios da comunidade segundo os moradores.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o conseqüente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de



alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a essas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. O grupo solicitou maior ênfase nas oficinas de apicultura e agricultura orgânica, por serem considerados potenciais locais. Não houve ressalvas quanto à proposta de capacitações do Plano, validada de forma unânime, conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Sócio-produtivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Apicultura;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Oficina de Empreendedorismo.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.



6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola de Juazeiro Grande está localizada a 18 (dezoito) quilômetros da sede do município de Mirandiba, estado de Pernambuco. Seu acesso se dá pela PE-425, em sentido ao município de Carnaubeira da Penha e a partir de estrada não pavimentada.

A seguir, imagem de moradias na comunidade:



Foto 05. Moradias construídas com a técnica de taipa com reboco de cimento.

A origem da comunidade Juazeiro Grande teve início no ano de 1935, com a chegada da família Henrique na localidade. Os irmãos Manoel Henrique (irmão mais velho), Pedro Henrique Nogueira, Adolfo Henrique, Francisco Henrique, João Henrique, Antônio Henrique, Maria Henrique e Maria da Soledade Henrique, vieram de uma região conhecida por Brejo do Gama, e Pedro Henrique Nogueira teria feito outras migrações pelas localidades do município vizinho de Tupanaci (Santa Maria) e Riacho das Pedras. Tupanaci é referida como importante localidade para a família, que plantou feijão dentro do rio Pajeú no período em que esteve sediada no local, antes de chegar a Juazeiro Grande.

A família Henrique descende do negro Manuel Henrique, originário da Serra da Barriguda. Na comunidade encontram-se relatos que Manuel era filho de um escravo e teria trabalhado para comprar a sua carta de alforria. Seus descendentes foram os fundadores de Juazeiro Grande, onde não havia ocupação precedente, e cuja primeira atividade foi à implantação de um roçado.

A terra onde hoje está situado o território quilombola Juazeiro Grande fazia parte da fazenda Santa Clara, local onde também se estabeleceram outras comunidades quilombolas como Pedra Branca, Araçá e Serra do Talhado. As terras de Juazeiro Grande



foram compradas em troca de serviços prestados à família dos Carvalhos, então proprietários da fazenda Santa Clara.

Segundo os moradores, houve uma melhoria da qualidade de vida a partir do ano de 1999 com a construção de uma barragem na comunidade.

“Aqui era tudo mato e eles (os Henrique) foram fazendo as roças. Carregavam água dos Pastos Bons até aqui, porque lá tinha uma cacimba que não secava. O riacho daqui seca. Eles também pegavam água da Barriguda, que faz limite com Juazeiro, tudo carregando água com lata na cabeça ou com ajuda de animal.”. Sr. Alaíde Alfredo da Silva, morador de Juazeiro Grande.

Muitos dos relatos das comunidades quilombolas referem-se à troca de serviços por pedaços de terra como forma de conseguir angariar terrenos para trabalharem de forma autônoma e não mais para os fazendeiros. Na condição de empregados, a relação trabalhista se construía, em muitos casos, de maneira semi-escrava, quando trocavam a força de trabalho por comida e moradia.

A segunda família a chegar à região foi à família dos Galdino. “Galdino vendeu o que tinha pra vir pra cá comprar terra. Ele e sua família vieram da fazenda Barriguda”, relata Maria Cícera da Conceição Silva, moradora de Juazeiro Grande.

Com a chegada dos Galdino, a comunidade foi se organizando especialmente em Juazeiro de Cima, onde habitavam as famílias de Nogueira, e Juazeiro de Baixo, onde habitavam as famílias de Galdino.

As primeiras construções da comunidade foram a casa de taipa de Adolfo (conhecida por Casa Grande) e a ‘casa de farinha’. A taipa juntamente com o adobe, chamado por tijolo na região, eram as técnicas de construção utilizadas até a década de 1980, e hoje divide espaço com as construções de alvenaria.

Na década de 50, os filhos de Manoel Henrique, Emiliano, Livino, Afonso e José Henrique, juntamente com o tio Antônio Henrique, compraram um lote de terras da mesma fazenda Santa Clara, na região próxima a comunidade de Caldeirãozinho, onde fundaram a comunidade quilombola Pedra Branca.

Os comunitários apresentam fortes vínculos de parentesco entre si, situação relacionada aos matrimônios intrafamiliares. Os sobrenomes Nogueira e Silva são os mais recorrentes, sendo que o primeiro descende diretamente da família dos Henrique, fundadores da comunidade. Percebe-se, ainda, que as relações familiares não se restringem à comunidade de Juazeiro Grande, mas que há uma rede de parentesco entre as comunidades quilombolas da região.

A maioria dos comunitários nasceu na comunidade quilombola Juazeiro Grande. A origem de suas famílias está relacionada a movimentos migratórios principalmente das localidades de Massapé; Brejo do Gama; Riacho das Pedras; Baixa Grande, comunidade localizada em Tamboril; Maniçoba; Barriguda e Ponta da Serra. Os relatos fazem menção



às rotas de territorialização, que dão pistas sobre as expressões de ocupação tradicional dos quilombolas em seus territórios e justificam os motivos que levaram seus ancestrais a se movimentarem pela região, correlacionando a estas migrações sua identidade quilombola.

As relações que a comunidade estabelece com a Caatinga e com os diversos recursos naturais são entremeadas de simbologias e laços afetivos. Assim, é comum que uma comunidade tradicional tenha o nome de algum elemento natural encontrado na região, como uma planta por exemplo.

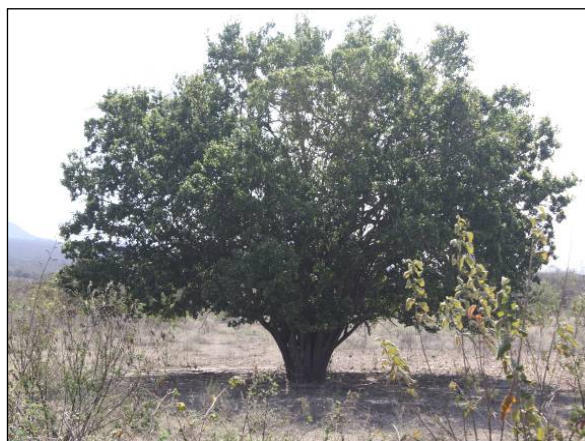


Foto 06. Exemplar de juazeiro, árvore que dá nome à comunidade.

Diz-se que antigamente havia grande separação entre as famílias Henrique e Galdino, que buscavam distinguir-se ocupando outros espaços sociais ou até mesmo sem estabelecer matrimônios entre as famílias. A comunidade atualmente é composta pelos descendentes dos Henrique e dos Galdino.

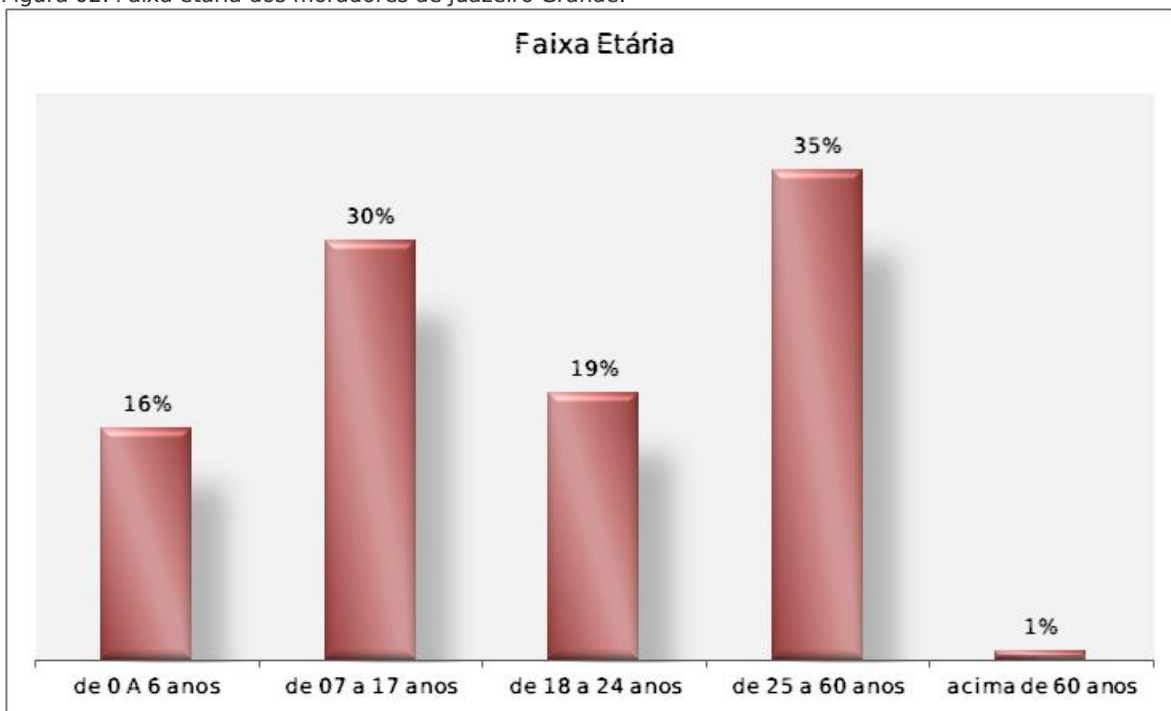
População

A comunidade quilombola de Juazeiro Grande é composta por 46 famílias, com faixa etária predominante entre 25 a 60 anos.

A faixa etária da população em Juazeiro é demonstrada no gráfico a seguir:



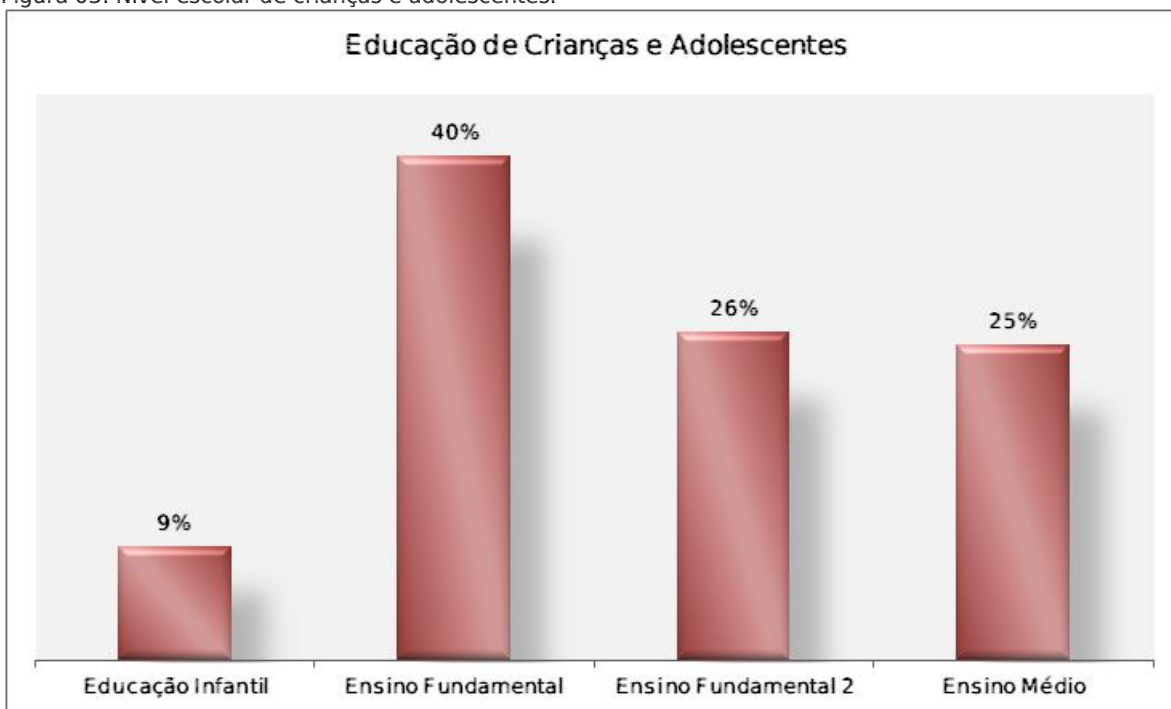
Figura 02. Faixa etária dos moradores de Juazeiro Grande.



Educação

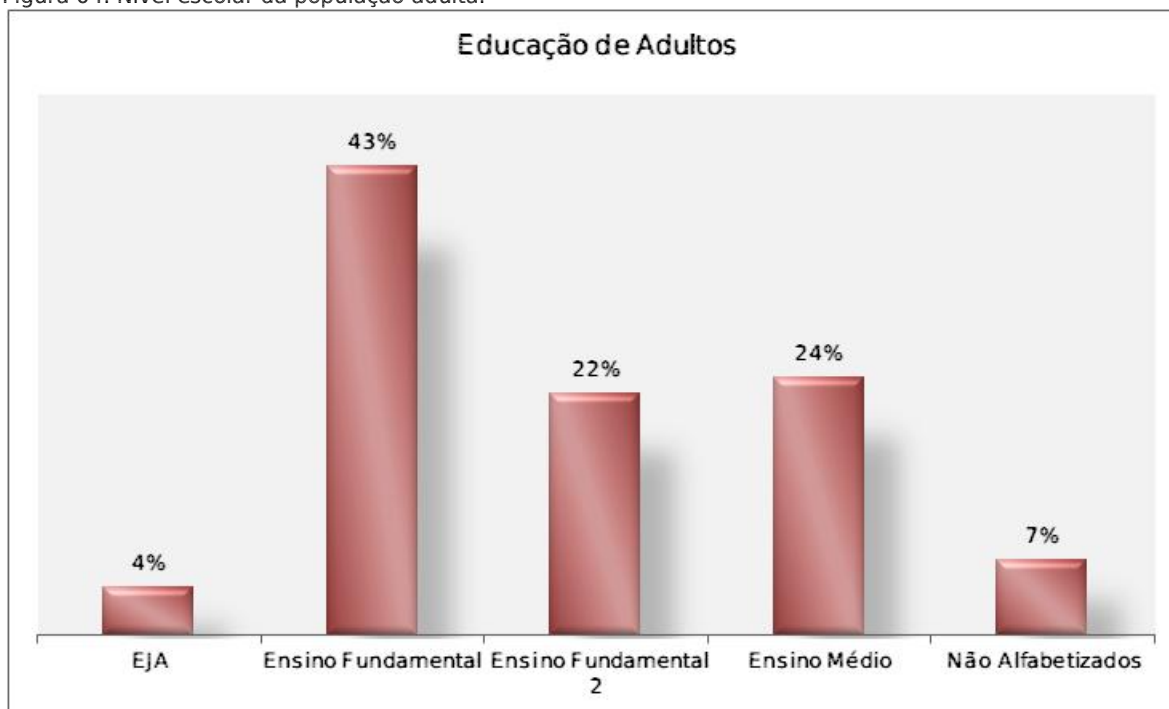
A comunidade conta com duas escolas municipais, uma situada em Juazeiro Grande de Cima, a Escola Municipal João Antônio Nogueira e outra localizada em Juazeiro Grande de Baixo, a Escola Municipal Galdino Antônio. Ambas oferecem turmas multisseriadas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, o gráfico demonstra a escolaridade da população adulta:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.



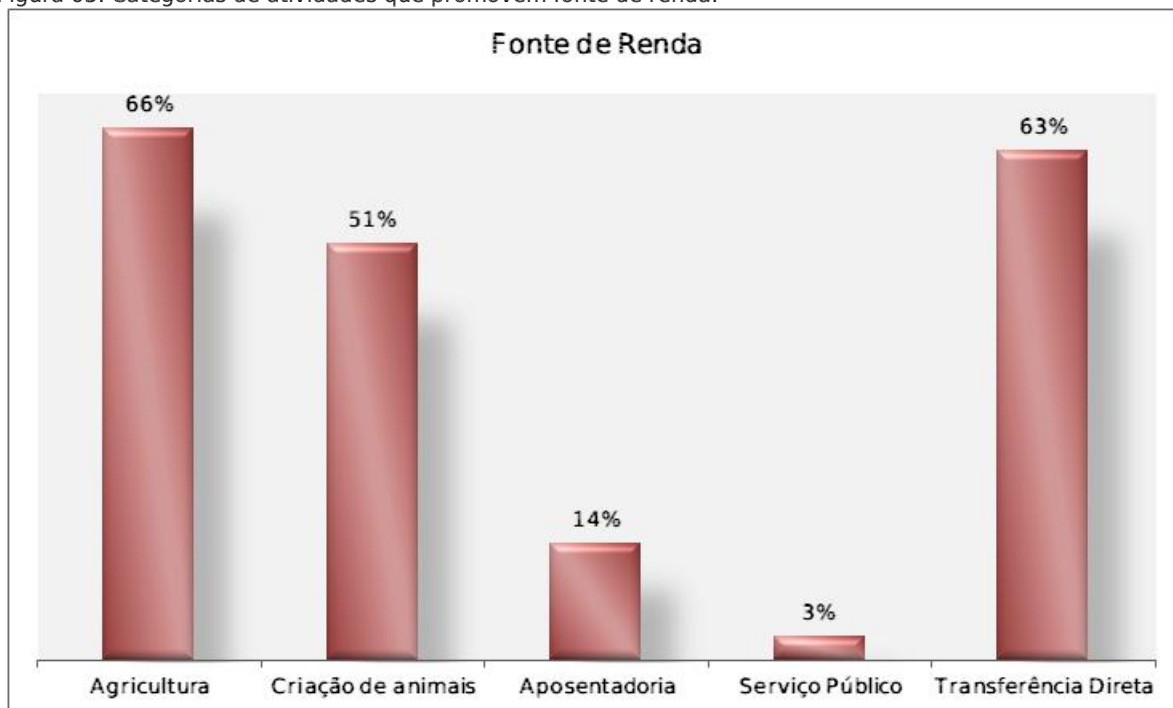
Fonte de Renda

A principal atividade de geração de renda da comunidade é a agricultura familiar. Mesmo com essa modalidade produzindo pouco excedente, os produtos são comercializados entre os próprios comunitários é na feira semanal que ocorre na sede do município ou junto ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, oferecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. A criação local de animais de pequeno e médio porte ocorre dentro da mesma perspectiva. Os programas de transferência direta ainda representam o sustento de muitas famílias.

O gráfico a seguir demonstra as principais fontes de renda em Juazeiro Grande:



Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



Manifestações Culturais

Atualmente, a comunidade comemora a festa da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; as festas juninas, com forró e quadrilha; a Semana Santa, com os personagens dos 'caretas' e a queima de Judas; o Natal e as Campanhas da Fraternidade, contando com um calendário festivo tipicamente religioso. A comunidade tem duas capelas como patrimônios religiosos: a capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a capela Nossa Senhora das Dores. A construção original das duas capelas, de taipa e adobe, foi preservada em sua forma original.

Organização Comunitária e Movimentos Sociais

No ano de 1995 ocorreu a fundação da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Juazeiro Grande, marco da organização social da comunidade. Após discussões levantadas pelos moradores de Juazeiro Grande de Cima, ocorreu em 2006 a mudança de estatuto, e a Associação passa a se chamar Associação Remanescentes Quilombolas do Juazeiro Grande em razão ao processo de auto-identificação quilombola. A comunidade articula-se com outros grupos de quilombolas com apoio da Associação CONVIVER no Sertão.

Regularização Fundiária

Este processo de identificação teve início no ano de 2000, sendo certificada como tal pela Fundação Cultural Palmares em 2006. Intensifica-se, desde então, a busca pelo fortalecimento da identidade do grupo. No entanto, a aceitação da identidade quilombola



não é consensuada na comunidade, situação atrelada a dinâmica populacional e aos processos de miscigenação entre brancos, negros e índios.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

A comunidade passa por um processo de politização e engajamento no movimento quilombola, porém ainda há muita dificuldade no acesso a informações e articulação institucional. No entanto, uma parceria com a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) já foi consolidada. Além dessa, outras parcerias estão sendo firmadas a fim de melhorar a qualidade de vida local, por meio da qualificação de sua gestão produtiva. Dentre os parceiros estão a Associação CONVIVER no Sertão, organização não governamental que realiza ações sociais com comunidades quilombolas do Sertão pernambucano; a ActionAID, organização europeia que promove ações com comunidades carentes em diversos países; o Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP) com base no município vizinho de Serra Talhada, e com a Prefeitura Municipal de Mirandiba.

Além destes parceiros, tem sido fundamental a articulação da comunidade com outras comunidades quilombolas de Mirandiba e pequenos produtores rurais da região.

Os moradores reconhecem uma melhoria em suas articulações institucionais a partir da parceria com a Associação CONVIVER no Sertão, com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, inserido nas ações do Programa Fome Zero), e com a ActionAID.

Ademais, muitos participam também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandiba e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

O território de Juazeiro Grande faz limite ao norte com o Alto da Maniçoba, ao sul com a Lagoa Grande e a Serra da Penha, a leste com o Engenho Pitombeira e a oeste com a Fazenda Barriguda.

As moradias são distribuídas basicamente em dois núcleos habitacionais, Juazeiro Grande de Baixo e Juazeiro Grande de Cima. Estão dispostas de maneira circular em ambas as vilas, formando áreas centrais comuns aos moradores, denominadas 'terreiros'. Além das moradias, as principais estruturas sociais da comunidade são a 'casa de farinha', a capela de Nossa Senhora de Fátima, a capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, as duas escolas municipais e o Engenho Pitombeira.

A divisão entre Juazeiro Grande de Cima e de Baixo delimita geograficamente o território, que se constitui não só das áreas habitadas e utilizadas para o roçado, como também de áreas do entorno, de cujos recursos dependem para manter as criações que pastam na Caatinga e de onde buscam matéria prima para sustentar sua cultura, medicina, construções e culinária.



As roças ficam um pouco mais distantes da área habitada, aproximadamente a 2 (dois) quilômetros das habitações, enquanto as hortas ficam próximas das casas ou a beira dos açudes.

O solo apresenta-se raso e com afloramentos rochosos na região onde está situada a comunidade, com as áreas cultiváveis já ocupadas. Com o aumento da população, segundo os moradores há necessidade de ampliar as áreas de cultivo, bem com das áreas de Caatinga para o extrativismo de espécies vegetais necessárias às atividades produtivas.

Como são essencialmente agricultores, muitos arrendam pedaços de terras das fazendas vizinhas, devendo entregar parcelas do que produzem ao proprietário da terra.

A seguir, imagens representando Juazeiro Grande:



Foto 07. Engenho Pitombeira, localizado em Juazeiro Grande.



Foto 08. Localidade Alto da Maniçoba, um dos limites territoriais de Juazeiro Grande.

Expectativas da Comunidade

A comunidade almeja obter uma melhor compreensão de alguns temas, como:

- Políticas públicas relacionadas às comunidades quilombolas;
- Manejo do solo e valorização da Caatinga;
- Adubos orgânicos, compostagem e agricultura orgânica;
- Apicultura;
- Fontes alternativas de captação e tratamento de água;
- Cursos e aperfeiçoamento em artesanato; e
- Capacitação em reaproveitamento de resíduos e coleta seletiva.

Arranjos Produtivos

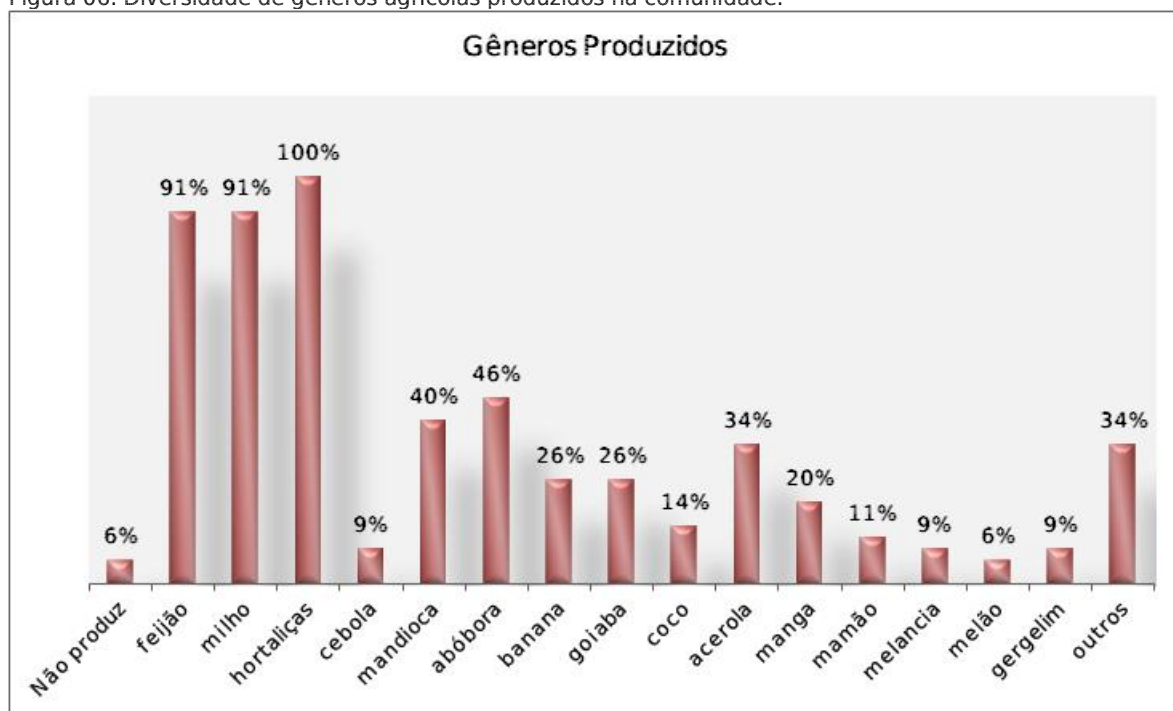
Os principais gêneros cultivados são hortaliças em geral, o feijão e o milho, seguidos da abóbora e mandioca. Há incentivo externo para o cultivo da mamona, com compradores que fazem o beneficiamento em biodiesel.

Em período de chuvas, a comunidade costuma implantar hortas diversificadas, o que ajuda a garantir o sustento alimentar das famílias nestes períodos, além de proporcionar uma renda extra com a venda do excedente na feira do município de Mirandiba. Essa mesma característica é vista na produção de frutas na localidade. A produção atende prioritariamente ao consumo das famílias uma vez que para melhorar a produtividade a comunidade depende de um bom e regular período de chuva e/ou de sistemas de irrigação mais complexos.

Há alguns anos, as famílias começaram a implantar o cultivo de orgânicos, estabelecendo uma nova perspectiva para a produção local. Segundo os dados coletados a partir do questionário socioeconômico, 43% das famílias relataram utilizar adubação orgânica, enquanto 9% relata manter a utilização de agroquímicos em suas roças.

A seguir, o gráfico representa a produção agrícola na comunidade:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.



Nas proximidades da comunidade encontra-se o engenho Pitombeira, com o qual são firmadas parcerias para o beneficiamento da cana em rapadura. Alguns moradores trabalham permanentemente no engenho. A apicultura começa a se desenvolver na comunidade, mesmo frente às adversidades climáticas, pois depende de um período

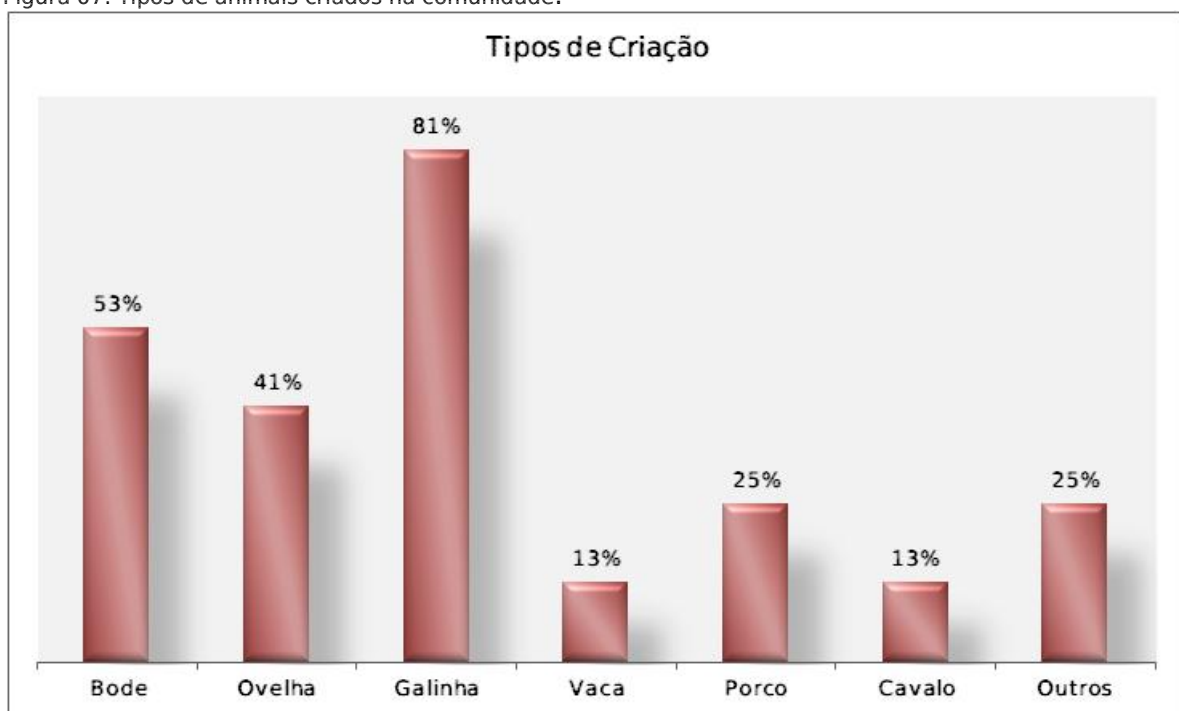


regular de chuvas para uma adequada floração. Mas para dar continuidade a esta alternativa de produção, os moradores necessitam de assistência técnica específica.

Além da agricultura e das outras atividades, a comunidade mantém pequenas criações para consumo e também para efetuar comercializações que colaboram para o sustento das famílias, especialmente em períodos de estiagem, quando não é possível plantar. Os animais criados são principalmente gado, galinhas, caprinos e ovinos. Esses animais ficam soltos, exceto o gado que fica dentro dos cercados das roças e representam também relevância para o trabalho e para o transporte de pessoas.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:

Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

A comunidade é abastecida por barreiros, cacimbas e poços artesianos, cuja água apresenta-se salobra, e pelos Açudes dos Henrique e do Cícero, formados pela barragem no Riacho Juazeiro Grande. Segundo os moradores, a construção da barragem trouxe benefícios para a qualidade de vida local, mas em períodos de estiagem prolongada, o açude pode secar. Assim, a prefeitura de Mirandiba firma convênios com o Exército, que abastece algumas cisternas da comunidade com carros pipa. Essa medida colabora na assistência durante a estiagem, mas é insuficiente, e a comunidade sofre pela privação

deste recurso tanto em qualidade para o consumo humano, como em quantidade para manter as atividades agrícolas e a criação de animais.



Foto 09. Imagem do Riacho Grande em período de estiagem.

A construção de cisternas pelo Programa Um Milhão de Cisternas, parceria da Articulação no Semiárido – ASA com o Governo Federal é reconhecida pela comunidade como importante ação no acesso a água potável. No entanto, nem todas as casas foram contempladas com este benefício.

A água que a comunidade capta da chuva e armazena nas cisternas, configura-se como a fonte mais segura para o consumo humano, já que não dispõem de nenhum tipo de serviço de saneamento básico. A água consumida recebe apenas o cloro, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Mirandiba, como forma de melhorar a qualidade dessa água.

- Efluentes Domésticos

Foram instalados na comunidade *kits* sanitários pela FUNASA, o que não tem representado uma solução para a questão, já que Juazeiro Grande está situada em região semiárida e isolada, onde não há disponibilidade suficiente de água para a manutenção adequada dos banheiros. Desse modo, a comunidade continua com acesso limitado à utilização destes sanitários.

Não há saneamento básico na comunidade, assim, os efluentes gerados são dispensados nos quintais e terreiros.

- Coleta e Destinação do Lixo

A gestão municipal de resíduos sólidos não atende a comunidade com nenhum tipo de serviço. A disposição dos resíduos se dá a “céu aberto” e a comunidade costuma controlar o montante efetuando a queima independentemente do tipo de material.

Os resíduos de origem orgânica são aproveitados para alimentação animal e as garrafas tipo PET para armazenar sementes destinadas ao consumo e/ou ao plantio.



Energia Elétrica

Em Juazeiro Grande, a maioria das casas e a Escola Municipal João Antônio Nogueira não tem acesso à energia elétrica.

Saúde

O atendimento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF) é realizado no posto de saúde localizado na sede do município de Mirandiba e atende todas as comunidades quilombolas da região. A comunidade também recebe visitas de agentes comunitários de saúde. Nesse contexto, os comunitários reivindicam que o posto de saúde, cujo nome homenageia a comunidade “PSF Juazeiro Grande”, seja transferido para uma localidade mais próxima às comunidades quilombolas, já que sua implantação teve como objetivo atender esse público. As estradas que dão acesso à PE- 425 e que levam à sede do município não são pavimentadas e estão em condições precárias. Além disso, a população não dispõe de transporte público.



Foto 10. Posto de Saúde Juazeiro Grande destinado às comunidades quilombolas, localizado na zona urbana de Mirandiba.

As visitas para assistência à saúde bucal são insuficientes segundo os moradores. Existe alta incidência de problemas relacionados à saúde bucal na comunidade.

A comunidade, assim como as rezadeiras locais, faz uso de plantas medicinais da Caatinga para diversos fins.

Além das rezadeiras, existem duas parteiras na comunidade. Com a implementação da assistência ao parto e nascimento, em Mirandiba, as parteiras pouco tem atuado na região.

Educação

As duas escolas localizadas na comunidade atendem os estudantes de Juazeiro Grande, porém, segundo os moradores, possuem estruturas precárias. Os moradores sonham com a ampliação da Escola Municipal João Antônio Nogueira, considerada estratégica para



oferecer uma educação adequada aos estudantes. As escolas funcionam somente no turno matutino, pois as elevadas temperaturas no turno da tarde e a ausência de sistema de ventilação inviabilizam as aulas.

Dentre os desafios que a comunidade enfrenta, além da precariedade de infraestrutura para o desenvolvimento das ações em educação, pode-se listar a falta de materiais, de equipamentos e de qualificação para os professores que trabalham na comunidade.

Comunicação

Os veículos de comunicação comumente utilizados pela comunidade são o rádio, a televisão e a telefonia celular, que possui sinal de cobertura restrito. Os moradores não tem acesso a impressos, internet ou telefone público. Como a Associação não dispõe de uma sede, as reuniões em grupo da comunidade acontecem nas instalações da escola. Essas reuniões e os grupos religiosos se configuram como importantes espaços de comunicação.

6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

Recursos Naturais

A Caatinga e a criação de animais têm papel fundamental na vida comunitária.

Encontra-se em abundância na região o umbu (no período de chuvas), o catolé (ocorrendo durante todo o ano), alecrim, aroeira, caatinga branca e caxi, dentre outras diversas espécies vegetais.

As práticas extrativistas rotineiras hoje são representadas pela coleta de madeira para fins diversos, como utensílios domésticos, cercas e lenha. A comunidade tem uma forte ligação com o umbuzeiro, e dele faz o beneficiamento da polpa de fruta, por meio de parceria com a Associação CONVIVER no Sertão, cuja produção é vendida ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

As plantas medicinais pouco são cultivadas pelos moradores, restringindo-se a áreas originais de Caatinga. Estas espécies configuram-se como patrimônio natural da comunidade, e a elas estão associados alguns conhecimentos tradicionais. A flora local recebe relevância também por ser matéria prima para o desenvolvimento da apicultura, que representa uma nova perspectiva de produção local, mas difundida ainda timidamente.

Grande parte do território apresenta-se como um solo raso e com afloramentos rochosos. Os moradores atribuem aos modos de produção e manejo inadequado do solo consequências como erosão e desmatamento.



6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

Em Juazeiro Grande os comunitários não tem acesso à assistência técnica continuada, embora já tenham participado de alguns cursos e oficinas. A comunidade relata que as experiências são pontuais e muitas vezes não possibilitam continuidade, seja pela falta de materiais, possíveis parcerias ou tecnologia para dar prosseguimento às ações. Demonstram interesse em aprender diferentes formas de manejo para convivência com o semiárido, como qualificação para agricultura orgânica e criação de animais, além de aprender alternativas para que possam ampliar suas áreas de atuação e fontes de renda.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade quilombola de Juazeiro Grande é constituída aproximadamente por 46 (quarenta e seis) famílias, com faixa etária média entre 25 (vinte e cinco) e 60 (sessenta) anos.

Juazeiro Grande possui duas escolas municipais, mas os moradores reivindicam perante o município a ampliação destas estruturas para atender um número maior de estudantes da comunidade e comunidades vizinhas.

A agricultura familiar constitui-se como a principal fonte de renda da maioria das famílias, especialmente com o cultivo do feijão, do milho e da mamona para fins comerciais.

As novenas religiosas, o artesanato, a dança e as festas juninas foram citadas como principais elementos da cultura local em Juazeiro Grande.

A organização social é centralizada na Associação Remanescentes Quilombolas do Juazeiro Grande, que promove parcerias principalmente com a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), Prefeitura Municipal de Mirandiba, Associação CONVIVER no Sertão e a ActionAID.

A comunidade de Juazeiro Grande foi certificada como comunidade quilombola em 2006, iniciando o processo de regularização do território que ocupam. Atualmente, aguardam os trâmites legais nos órgãos competentes.

As cisternas, os poços artesianos e barreiros são as principais fontes de abastecimento de água da comunidade, assim como carros pipa fornecidos pela Prefeitura Municipal de Mirandiba em parceria com o Exército. O Açude Juazeiro Grande também é citado como importante corpo hídrico, porém é intermitente e nos últimos anos, devido ao longo período de estiagem, não tem suprido as necessidades dos moradores.

Os resíduos sólidos gerados na comunidade geralmente são queimados ou enterrados e há uma grande quantidade espalhada nos terrenos, ocasionando a mortandade de algumas criações animais, especialmente caprinos.



Quanto à saúde local, os moradores são atendidos em postos de saúde da sede municipal, principalmente no PSF específico para as comunidades quilombolas, o PSF Juazeiro Grande, nomeado em homenagem a esta comunidade. Ocorrem visitas mensais de agentes comunitários de saúde, mas os moradores solicitam maior frequência. O atendimento voltado à saúde bucal é uma solicitação da comunidade, devido à alta ocorrência de problemas de saúde correlacionados.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade quilombola de Juazeiro Grande apresenta características dos territórios tradicionais devido aos seus processos de ocupação e uso da terra, permeadas pelo senso de coletividade e adaptação às condições hostis do ambiente no que diz respeito à ao acesso à água e à produtividade.

O território que ocupam historicamente sempre foi utilizado para práticas como coleta de fibras vegetais e frutos oriundos da Caatinga, caça de pequenos animais silvestres, criação de forma extensiva entre outras diversas práticas culturais, que sistematicamente foram fortalecendo vínculos afetivos nas relações com o ambiente.

Em Juazeiro Grande, embora se tenha consciência de sua origem quilombola, o processo de auto-reconhecimento como tal é recente. A partir desse processo a comunidade tem estabelecido contato com políticas públicas específicas para o grupo e articulação com outras comunidades, também quilombolas, além de entidades parceiras não governamentais.

A comunidade é carente de estruturas sociais, como uma sede para a associação e um posto de saúde. A distância entre a comunidade e a sede municipal justifica a construção dessas estruturas na própria localidade. As escolas da comunidade atendem apenas parte dos estudantes, pois não possuem tamanho adequado para atender a todos. A Escola Municipal João Antônio Nogueira além de funcionar regularmente também é utilizada como espaço social para reuniões da Associação e atividades diversas.

A agricultura familiar, a criação de abelhas e o extrativismo do umbu representam potenciais produtivos para a comunidade, que pretende investir em assistência técnica e benfeitorias para o desenvolvimento destas atividades.



8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.



MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>> Acesso em: 19/01/2012;

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.sepppir.gov.br/copy_of_acoec> (2008). Acesso em 30/12/2011

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>> Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

Escravidão e Resistência em Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html> Acesso em: 26/03/2012.



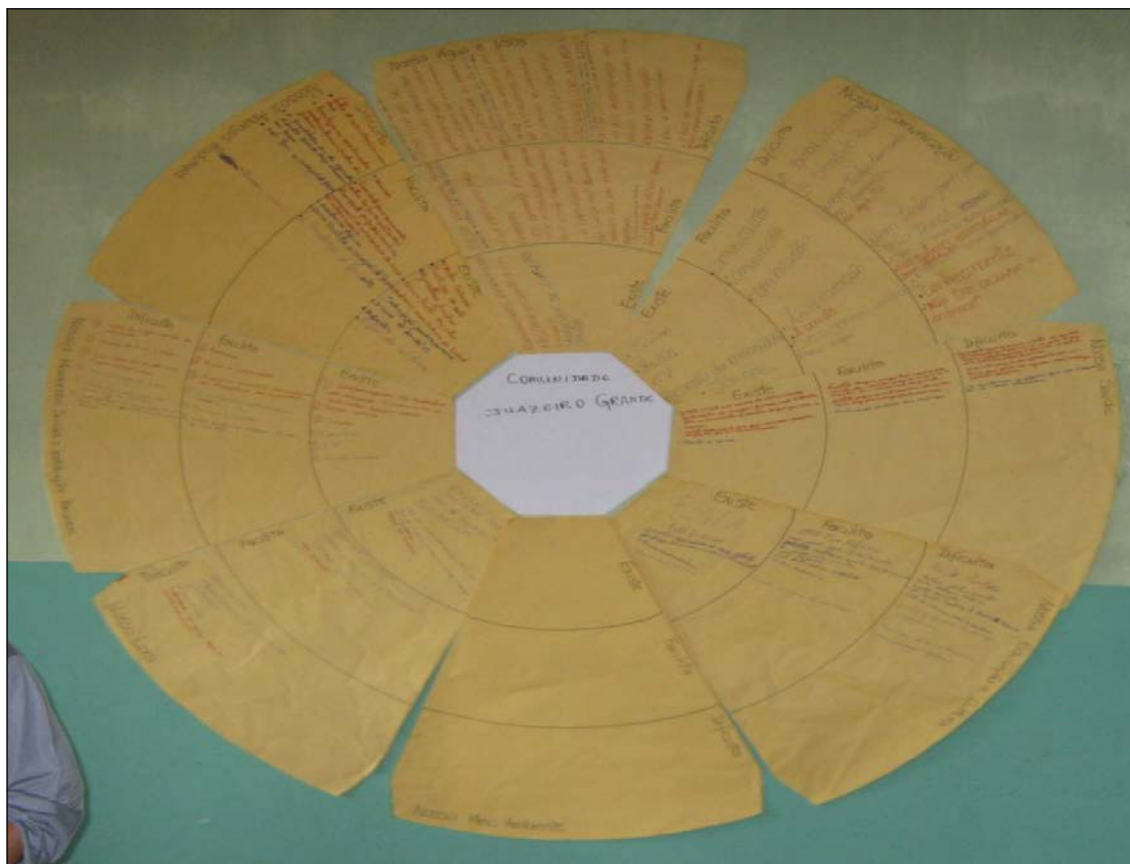
9. ANEXOS

Anexo I: Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

Anexo II: Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Barreiros; barragem Juazeiro Grande; poços artesianos e cisternas.</i></p>	<p><i>Existe bastante água que facilita a criação de rebanhos e fica próximo das famílias; os carros pipa abastecem a comunidade sempre que estão trabalhando; a captação das águas da chuva nas poucas cisternas que não estão quebradas; facilita o cultivo de horta; facilita a criação de peixes para alimentação familiar.</i></p>	<p><i>Apesar de existir bastante água essa quantidade não é suficiente para irrigar grandes áreas; a água tem alto teor de sal tornando-as imprópria para o consumo humano (no caso das barragens e dos cacimbões); na estiagem as barragens ficam quase secas impossibilitando o plantio; não há recurso para recuperação das cisternas quebradas; água é poluída pela própria comunidade e intrusos (no caso da barragem); faltam equipamentos (bombas, motores, etc.) para irrigar os plantios, principalmente nas áreas mais afetadas; uso inadequado (Falta conscientização); o fato de a barragem cruzar várias propriedades.</i></p>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Muito lixo jogado a céu aberto; morte de animais pela ingestão de lixo; pessoas sem consciência.</i></p>	<p><i>Queima e/ou enterra o lixo, reutilização de alguns materiais, ex: garrafas pet para armazenamento de grãos.</i></p>	<p><i>Falta transporte para coleta, não há depósito, não há reciclagem, falta de água encanada dentro de casa.</i></p>



NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>PSF em nome da comunidade Juazeiro – atende todas as comunidades quilombolas; há conhecimentos para fazer remédios caseiros com plantas da comunidade; agente de saúde.</i>	<i>Visitas do médico e dentista até duas vezes por semana no PSF para o tratamento das pessoas, principalmente para saúde das gestantes; plantas medicinais próximas às moradias; visita dos agentes de saúde para avaliação de peso das crianças.</i>	<i>Apesar de o PSF ter o nome da comunidade ele se localiza na cidade e não há transporte específico para as consultas; necessidade de deslocamento para cidade vizinha para realizar exames como ultrassonografia; falta de conhecimento especializado para produzir remédios; as visitas do agente de saúde (que não são frequentes).</i>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Árvores; pedras; pessoas zelosas; ar; sol quente; animais, terra; lixo; energia elétrica; macaxeira; criação de abelha (italiana).</i>	<i>Matéria prima, Plantas (remédios, sombra; artesanatos, flores para as abelhas como o agarradinho e vassourinha, alecrim, aroeira, Caatinga branca, frutos: umbu, mamão, banana, caxi, melancia, acerola, laranja, pinha); uso do engenho de Pitombeira para cana-de-açúcar.</i>	<i>Pedras, queimadas, desmatamento para roçado e produção de carvão que tem como consequência a erosão, diminuição de flores para produção do mel; diminuição da fauna; acidentes com abelhas;</i>
NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola Municipal João Antônio Nogueira (1º ao 5º ano); festa junina, novenas, missas, cultos, artesãos capacitados.</i>	<i>O grupo manifestou apenas itens que não existem, mas que facilitaria (ver observações abaixo).</i>	<i>Falta de professores, inclusive de dança e capoeira; faltam instrumentos (???), cadeiras; muito calor; falta de recurso para trabalhar; a escola da comunidade só oferecer até o 5º ano</i>
No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como maior número de professores, uma boa educação, mais instrumentos e mais cadeiras, ventiladores, bebedouro, computador, educação infantil.		
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Celular, rádio, televisão, jornal; reunião da associação.</i>	<i>Comunicação; as discussões.</i>	<i>O sinal do celular, o sinal da rádio, nem todos tem antena parabólica e TV; nem todos participam da associação; não há sede para associação; a comunidade não sabe reivindicar seus direitos; falta conhecimento, falta de acesso à internet, falta de um posto telefônico, falta de um centro de inclusão digital.</i>
No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como: o jornal que circula em Mirandiba que deveria chegar até a comunidade e falar sobre ela.		
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação Remanescente de Quilombolas de Juazeiro Grande; Igreja Católica; Escola; ComViver, PSF; Vínculo Solidário</i>	<i>As parcerias com outras instituições possibilitadas pela Associação; reunião da comunidade; promoção de encontro da comunidade e professores da comunidade; comercialização de hortaliças, carnes, macaxeira; atendimento à comunidade (saúde); projetos que beneficiam as mães da comunidade.</i>	<i>Falta de organização da Associação; missa somente de 2 em 2 meses; falta luz e água; falta de continuidade dos projetos; a distancia e o atendimento médico 1 vez por semana (colocar na saúde?); vínculo solidário.</i>



NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Associação; plantação de horta; agricultura familiar; transporte escolar; a festa da padroeira Nossa Senhora da Saúde como espaço de articulação social; plantação de milho, feijão, madeira, mamona; a casa de farinha; açudes.</i></p>	<p><i>Reuniões; transporte para escoamento por conta da produção (CONAB); comemoração Nossa Senhora da Saúde (23/10).</i></p>	<p><i>Falta de capacitação na comunidade; de tecnologia na área produtiva, de assistência técnica e incentivo dos governos; não ter criação de peixe; aumento de custos dos produtos agrícolas quando chega no comércio.</i></p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria como assistência técnica para criação de peixes.</p>		



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

